



OLIMPIADAS CIENTÍFICAS NO BRASIL: BENEFÍCIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSA

DALAQUA, Andreza Cristine Marata¹
VITOLLO, Ana Paula Mayara²

¹Professora de matemática e (CGPAC) - Mestre em Educação para Ciências pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Bauru/SP.

² Doutoranda em Educação Matemática (PUC-SP).

RESUMO

As Olimpíadas Científicas têm se consolidado como uma estratégia relevante de valorização do conhecimento e incentivo à aprendizagem das ciências no Brasil. Presentes em diferentes áreas — como matemática, física, química, biologia e informática —, essas competições mobilizam milhões de estudantes e professores. No entanto, a literatura aponta que sua participação ainda é marcada por desigualdades, uma vez que escolas de regiões urbanas e de maior infraestrutura concentram grande parte dos medalhistas, enquanto estudantes de escolas públicas, do campo e de contextos vulneráveis encontram maiores obstáculos para o acesso e permanência nessas iniciativas. Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, os benefícios educacionais das Olimpíadas Científicas, ao mesmo tempo em que problematiza seus limites no que se refere à inclusão e à equidade. Foram realizadas buscas em bases como SciELO, Google Acadêmico e repositórios de teses e dissertações da CAPES, considerando publicações entre 2010 e 2024. Os resultados da revisão evidenciam que as Olimpíadas contribuem para o desenvolvimento de competências cognitivas, como resolução de problemas e raciocínio lógico, além de favorecerem autoestima, disciplina e motivação. Contudo, observa-se também a necessidade de pensar estratégias de democratização, de forma que as Olimpíadas possam efetivamente contemplar a diversidade de estudantes brasileiros, respeitando diferentes contextos educacionais e culturais. Conclui-se que, embora promovam importantes benefícios, as Olimpíadas Científicas ainda representam um espaço a ser ampliado em termos de inclusão, constituindo-se como campo fértil para políticas públicas e práticas pedagógicas mais equitativas.

Palavras-chave: Olimpíadas Científicas; Inclusão Educacional; Equidade.

1. INTRODUÇÃO

As Olimpíadas Científicas têm se consolidado no Brasil como uma das principais estratégias de valorização do conhecimento e de incentivo à aprendizagem das ciências, mobilizando milhões de estudantes e professores em áreas como matemática, física, química, biologia e informática. Essas iniciativas, realizadas no país desde a década de 1970, contam com o apoio de entidades científicas e, posteriormente, do governo federal, com o propósito de estimular o desempenho escolar, identificar talentos e contribuir para a melhoria do ensino básico (Lira e Silva, 2017). Entretanto, foi a partir de 2003 que essas competições ganharam maior impulso, alinhadas a políticas públicas voltadas para a popularização da ciência, a promoção da inclusão social e a diminuição das desigualdades, estimulando o interesse científico entre jovens em diferentes regiões do país (Abreu, de *et al.*, 2022).

No cenário educacional, as olimpíadas são reconhecidas por seu potencial em desenvolver competências cognitivas avançadas, como o raciocínio lógico e a resolução de problemas, além de fortalecer a autoestima, a disciplina e a motivação dos estudantes (Almeida, de *et al.*, 2022). Paralelamente, também desempenham um papel relevante como ações de extensão universitária, promovendo a divulgação científica, despertando vocações, estimulando o trabalho em equipe e fortalecendo vínculos entre alunos, professores e instituições de ensino (Silva, da *et al.*, 2024). Nesse sentido, além de práticas educativas, tais competições configuram-se como instrumentos de política pública voltados à promoção da ciência e da inovação, atuando como pontes entre a educação básica e o cenário científico nacional e internacional.

Contudo, a literatura também revela lacunas importantes que ainda precisam ser enfrentadas. Pesquisas apontam que as Olimpíadas Científicas continuam sendo espaços marcados por desigualdades de participação, em que escolas de regiões urbanas e com maior infraestrutura concentram grande parte dos medalhistas, enquanto estudantes de escolas públicas, do campo e de contextos socialmente vulneráveis encontram obstáculos significativos para acessar e permanecer nessas iniciativas (Almeida, de *et al.*, 2022; Lira e Silva, 2017; Silva, da *et al.*, 2024). Além disso, carecem de estudos conclusivos sobre os impactos de longo prazo dessas competições na formação acadêmica e profissional dos jovens, bem como sobre seu papel efetivo na formulação e avaliação de políticas públicas (Silva, da *et al.*, 2024).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, os benefícios educacionais das Olimpíadas Científicas, ao mesmo tempo em que problematiza seus limites no que se refere à inclusão e à equidade. A revisão foi conduzida a partir de publicações disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico e repositórios de teses e dissertações da CAPES, no período de 2010 a 2024, além de informações retiradas dos editais de vagas olímpicas de algumas universidades públicas do estado de São Paulo. Espera-se, com isso, contribuir para uma reflexão crítica sobre as potencialidades e os desafios das Olimpíadas Científicas no Brasil, compreendendo-as como um campo fértil para políticas públicas e práticas pedagógicas mais democráticas e equitativas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Contexto histórico e político das Olimpíadas Científicas no Brasil

O incentivo às Olimpíadas Científicas no Brasil está inserido em um processo histórico de valorização da ciência e de busca por melhoria na qualidade da educação básica, que se intensificou nas últimas décadas. As primeiras iniciativas de competições científicas no país remontam à década de 1970, quando a Sociedade Brasileira de Matemática, com apoio do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), organizou a primeira edição da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM), em 1979, com o intuito de identificar talentos e estimular o raciocínio lógico dos estudantes (Lira e Silva, 2017). Esse marco inicial, ainda restrito a áreas específicas e a instituições de elite acadêmica, sinalizava o início de um movimento voltado à difusão da cultura científica e à promoção da excelência no ensino das ciências no país.

A partir da década de 1990, observa-se a expansão e diversificação dessas iniciativas, com o surgimento de novas olimpíadas organizadas por sociedades científicas e universidades, abrangendo áreas como física, química, biologia e astronomia. Esse período é reconhecido como o início mais formalizado das políticas de incentivo às olimpíadas, orientadas pela necessidade de identificar e estimular jovens talentos, promover o desenvolvimento científico e tecnológico nacional e aproximar a escola básica do universo acadêmico e da pesquisa (Sestari, 2023). Nesse contexto, competições como a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), criada em 1999, consolidaram-se como espaços de aprendizagem e popularização da ciência entre crianças e adolescentes (Pereira, Meza e Iarochevski, 2025).

O período entre 2003 e 2005 representou um ponto de inflexão para a institucionalização das Olimpíadas Científicas no Brasil. Em 2003, com o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão social, à redução das desigualdades e à democratização do acesso ao conhecimento, o governo federal passou a incorporar o incentivo à popularização da ciência como parte de sua agenda educacional e tecnológica (Abreu *et al.*, 2022). Em 2005, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e o CNPq lançaram o primeiro Edital de Olimpíadas Científicas, que passou a financiar oficialmente várias dessas ações, consolidando uma política nacional de apoio e fomento às competições científicas. Esse edital marca a passagem das olimpíadas de iniciativas isoladas para instrumentos de política pública, com diretrizes claras de investimento e expansão.

De acordo com Oliveira Rocha *et al.* (2016), o governo federal intensificou a partir de 2006 o patrocínio de olimpíadas nacionais, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e a Olimpíada de Língua Portuguesa, ampliando o alcance das competições e incentivando a participação de estudantes da rede pública. Essa ampliação foi acompanhada pelo envolvimento de universidades e sociedades científicas na organização e financiamento das olimpíadas, o que contribuiu para a consolidação de uma rede colaborativa entre educação básica, ensino superior e órgãos de fomento, articulando ensino, pesquisa e extensão.

As Olimpíadas Científicas passaram, assim, a ser compreendidas não apenas como eventos de competição, mas como ações de extensão universitária e de iniciação científica, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas, o estímulo à curiosidade e o fortalecimento da relação entre escola e universidade (Silva *et al.*, 2024). Essa perspectiva reforça o papel das olimpíadas como instrumentos estratégicos de política educacional e científica, alinhados a programas como o Ciência na Escola, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatizam o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo.

Dessa forma, observa-se que o incentivo sistemático às olimpíadas científicas no Brasil ganhou impulso a partir da década de 1990 e se consolidou nas décadas seguintes, especialmente com o apoio institucional do MCTI e do CNPq. Essas ações contribuíram para popularizar a ciência, democratizar o acesso ao conhecimento e valorizar a educação científica como pilar de desenvolvimento social e tecnológico. As olimpíadas tornaram-se, portanto, parte integrante das políticas públicas de valorização da ciência, promovendo o engajamento de milhões de estudantes e professores em práticas que articulam conhecimento, inovação e inclusão social.

2.2. Benefícios educacionais e cognitivos das Olimpíadas Científicas

As Olimpíadas Científicas configuram-se como uma estratégia pedagógica que transcende o caráter competitivo, assumindo papel relevante na formação cognitiva, socioemocional e científica dos estudantes. De acordo com Almeida *et al.* (2022), essas competições estimulam o desenvolvimento de competências cognitivas avançadas, como o raciocínio lógico, a resolução de problemas e o pensamento crítico, fundamentais para a consolidação do pensamento científico. Ao propor desafios que exigem aplicação prática de conhecimentos teóricos, as olimpíadas proporcionam uma aprendizagem ativa e significativa, favorecendo a autonomia intelectual e a criatividade.

No campo da formação socioemocional, Silva *et al.* (2024) destacam que as Olimpíadas Científicas fortalecem aspectos como autoconfiança, persistência e disciplina, além de desenvolver habilidades de cooperação e trabalho em equipe. Tais dimensões dialogam diretamente com as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere ao pensamento científico, crítico e criativo, à responsabilidade e cidadania, e ao trabalho coletivo como princípios formativos. Assim, essas iniciativas não apenas aprimoram o desempenho acadêmico, mas também contribuem para a formação integral do estudante.

Outro ponto de destaque refere-se ao estímulo às vocações científicas e profissionais. Pesquisas apontam que a vivência em olimpíadas desperta o interesse pela pesquisa e pelas carreiras científicas e tecnológicas, favorecendo a identificação de talentos e o engajamento em programas de iniciação científica júnior (Lira e Silva, 2017; Fior, 2022). A experiência de participar dessas competições amplia o repertório acadêmico dos estudantes e os aproxima do universo da ciência, contribuindo para a continuidade dos estudos em áreas de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

Sob o ponto de vista pedagógico, as Olimpíadas Científicas também se configuram como ferramentas didáticas relevantes no contexto escolar. Escolas que integram essas competições em suas práticas curriculares relatam melhorias no engajamento dos alunos e maior integração entre teoria e prática (Sestari, 2023). Tais experiências reforçam a noção de que o ensino baseado em desafios, experimentação e investigação científica promove aprendizagens mais duradouras, alinhadas à pedagogia por competências e à cultura de inovação educacional defendida pelo MCTI e pelo CNPq.

Além dos ganhos cognitivos e afetivos, Aranha (2019) ressalta que as Olimpíadas Científicas possuem potencial inclusivo, especialmente quando direcionadas a estudantes de escolas públicas e regiões periféricas. A democratização do acesso à ciência e à tecnologia, proporcionada por essas iniciativas, favorece a equidade educacional e amplia as oportunidades formativas. Dessa forma, as olimpíadas tornam-se não apenas instrumentos de valorização do mérito, mas também de justiça social e inclusão científica.

O conjunto das evidências teóricas analisadas indica que as Olimpíadas Científicas atuam como espaços de aprendizagem e desenvolvimento integral, promovendo a ampliação do interesse pela ciência, o fortalecimento da autoconfiança, a formação de competências cognitivas e socioemocionais e a consolidação de uma cultura científica na educação básica. Essa perspectiva reforça a importância de se compreender tais eventos não apenas como competições, mas como instrumentos pedagógicos e políticos de formação científica e cidadã.

2.3. Desafios e desigualdades de acesso e permanência

Embora essas iniciativas representem importantes instrumentos de incentivo à

aprendizagem e à formação científica, a literatura evidencia que ainda persistem desigualdades estruturais, regionais e socioeconômicas que impactam significativamente a democratização da participação estudantil (Fior, 2022; Abreu *et al.*, 2022).

Diversos estudos apontam que o predomínio de estudantes oriundos de escolas particulares ou de centros urbanos é uma realidade recorrente nas olimpíadas, o que reflete a desigual distribuição de recursos educacionais no país. A falta de infraestrutura adequada, de formação docente continuada e de apoio institucional em escolas públicas e rurais limita as possibilidades de engajamento de estudantes desses contextos, dificultando o acesso a experiências que poderiam favorecer o desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas (Almeida *et al.*, 2022; Lira e Silva, 2017). Tal cenário reforça a necessidade de políticas que visem a equidade na educação científica, de modo a garantir condições justas de preparação e participação.

O capital cultural e social também desempenha papel determinante no sucesso dos estudantes nas olimpíadas. Pesquisas indicam que alunos de contextos mais favorecidos, além de possuírem maior acesso a materiais, recursos tecnológicos e apoio pedagógico, também contam com redes de incentivo familiar e institucional que potencializam seu desempenho (Fior, 2022). Em contrapartida, estudantes de escolas públicas, especialmente em regiões periféricas e rurais, enfrentam barreiras socioeconômicas e culturais que dificultam sua inclusão e continuidade nas competições, o que tende a reproduzir desigualdades históricas do sistema educacional brasileiro (Abreu *et al.*, 2022).

Além das desigualdades materiais, fatores emocionais e psicossociais também interferem na permanência dos estudantes. Fior (2022) destaca que muitos enfrentam dificuldades de adaptação e adoecimento emocional, agravadas no período pós-pandemia, devido ao isolamento social e à necessidade de adaptação a ambientes virtuais de aprendizagem. Tais elementos revelam a urgência de programas de apoio institucional e socioemocional, capazes de fortalecer a permanência dos alunos de diferentes contextos socioculturais nas olimpíadas e no próprio percurso acadêmico.

A carência de formação docente específica e de materiais pedagógicos voltados para a preparação olímpica é outro desafio recorrente. Muitas vezes, professores da rede pública não recebem suporte ou capacitação adequados para integrar as olimpíadas ao currículo escolar, o que reforça o caráter seletivo dessas iniciativas (Silva *et al.*, 2024). Isso mostra que o êxito nas olimpíadas não depende apenas do talento individual do estudante, mas também de estruturas de apoio pedagógico e institucional que viabilizem oportunidades equitativas de aprendizagem científica.

Outro ponto que merece reflexão é o desalinhamento entre os objetivos das olimpíadas e as metas da educação inclusiva. Abreu *et al.* (2022) observam que, ao priorizarem o mérito e a classificação, muitas dessas competições acabam restringindo o acesso de estudantes com diferentes potencialidades, o que contraria princípios de uma educação democrática e plural. A ausência de estratégias intencionais de acompanhamento e continuidade formativa também é destacada pela literatura, uma vez que a ênfase nos resultados imediatos tende a negligenciar ações que promovam o desenvolvimento científico contínuo e o interesse duradouro pela ciência e tecnologia.

Nesse sentido, a literatura indica a necessidade de novas abordagens e experiências democratizadoras, como feiras escolares, olimpíadas regionais e projetos de extensão, que ampliem o alcance das práticas científicas e favoreçam o engajamento de estudantes de diferentes origens (Lira e Silva, 2017; Almeida *et al.*, 2022). Tais iniciativas, quando articuladas a políticas públicas e às diretrizes da BNCC, podem contribuir para reduzir desigualdades e promover a formação científica como um direito educacional universal, e não como um privilégio de poucos.

Por fim, autores como Sestari (2023) reforçam a necessidade de continuidade das pesquisas sobre o impacto das olimpíadas científicas em diferentes regiões do Brasil, levando em conta variáveis socioeconômicas, culturais e geográficas. As lacunas teóricas e empíricas identificadas apontam para a urgência de investigações que analisem o papel dessas competições como instrumentos de promoção da equidade e inclusão científica, bem como o potencial das tecnologias educacionais emergentes para otimizar a participação e o aprendizado em contextos diversos.

Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece o avanço das olimpíadas como mecanismos de incentivo à formação científica, é imprescindível uma análise crítica de suas limitações e contradições. As desigualdades de acesso e permanência ainda representam barreiras estruturais que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas consistentes, formação docente continuada e práticas pedagógicas mais inclusivas, de modo que as olimpíadas possam efetivamente contribuir para uma educação científica democrática, equitativa e socialmente transformadora.

3. DISCUSSÃO

A presente revisão narrativa teve como objetivo analisar os benefícios educacionais das Olimpíadas Científicas, ao mesmo tempo em que problematiza seus limites no que se refere à inclusão e à equidade. A análise das publicações revisadas, que contemplam o período de 2010 a 2024, evidencia um conjunto consistente de resultados que confirmam a relevância pedagógica e social dessas iniciativas, mas também revelam contradições e desigualdades persistentes que desafiam sua efetiva democratização.

Os resultados encontrados apontam que as Olimpíadas Científicas atuam como instrumentos potentes de promoção da aprendizagem significativa, do desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais e do fortalecimento da cultura científica entre os estudantes da educação básica (Almeida *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2024). Essas evidências confirmam achados anteriores da literatura, que já associavam as olimpíadas à ampliação do pensamento crítico, ao estímulo da criatividade e ao engajamento com o conhecimento científico (Lira e Silva, 2017; Fior, 2022). Além disso, constatou-se que as olimpíadas funcionam como pontes entre escola e universidade, contribuindo para o despertar de vocações científicas e o interesse pelas áreas de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), o que reforça seu valor como estratégia de iniciação científica precoce.

Contudo, ao mesmo tempo em que os estudos revisados destacam os benefícios cognitivos e formativos, eles também evidenciam limitações estruturais e sociais que comprometem a equidade na participação. A predominância de estudantes de escolas particulares e urbanas, relatada por diferentes autores (Almeida *et al.*, 2022; Abreu *et al.*, 2022; Fior, 2022), refuta parcialmente a noção de democratização associada às olimpíadas, indicando que essas iniciativas ainda refletem desigualdades históricas do sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, os resultados encontrados confirmam a tese de que a meritocracia, quando desvinculada de políticas de inclusão e de apoio pedagógico, tende a reforçar privilégios preexistentes (Lira e Silva, 2017).

A análise dos estudos também revela lacunas importantes na literatura. Poucos trabalhos se dedicam a investigar os impactos de longo prazo das olimpíadas sobre a trajetória acadêmica e profissional dos participantes (Silva *et al.*, 2024), tampouco há consenso sobre como essas experiências contribuem para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas à equidade científica. Além disso, a escassez de pesquisas empíricas que abordem a participação de grupos socialmente vulneráveis, como estudantes do campo, indígenas ou de escolas rurais, evidencia

um campo ainda pouco explorado e que demanda maior aprofundamento investigativo.

Em termos de novidade, este estudo contribui ao reunir e sistematizar evidências dispersas sobre as dimensões cognitivas, socioemocionais e políticas das Olimpíadas Científicas, propondo uma leitura crítica que articula a promoção da excelência com a justiça social. A partir dessa síntese, evidencia-se que a democratização das olimpíadas não pode ser alcançada apenas por meio de editais e incentivos isolados, mas requer políticas estruturantes de formação docente, acesso a recursos tecnológicos e fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas. Ao destacar essa relação, a presente pesquisa preenche uma lacuna na literatura, ao enfatizar a necessidade de compreender as olimpíadas como espaços de formação integral, e não apenas de competição.

Assim, considerando o referencial teórico revisado, este estudo faz a literatura avançar ao integrar duas dimensões frequentemente tratadas de forma separada: o potencial pedagógico das olimpíadas e as barreiras estruturais à sua inclusão. Essa abordagem evidencia que a ampliação do acesso e da permanência estudantil nas olimpíadas deve ser entendida como um imperativo ético e político para a consolidação de uma educação científica equitativa e socialmente transformadora. Ao propor essa articulação, o trabalho contribui para o debate contemporâneo sobre políticas educacionais e científicas, apontando caminhos para que as Olimpíadas Científicas sejam reconhecidas não apenas como vitrines de talentos, mas como instrumentos de democratização do conhecimento e de promoção da cidadania científica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, os benefícios educacionais das Olimpíadas Científicas, ao mesmo tempo em que problematizou seus limites em relação à inclusão e à equidade. Esse objetivo foi plenamente atingido, uma vez que a revisão permitiu compreender tanto o potencial formativo dessas iniciativas quanto as barreiras estruturais que dificultam a democratização do acesso e da permanência dos estudantes em tais competições.

Os resultados obtidos confirmam que as Olimpíadas Científicas exercem papel significativo na formação cognitiva, socioemocional e científica dos estudantes, estimulando competências como o raciocínio lógico, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a autonomia intelectual (Almeida *et al.*, 2022; Silva *et al.*, 2024). Além disso, evidenciam-se ganhos pedagógicos, como o aumento do engajamento escolar e a aproximação entre o ensino básico e o ensino superior, consolidando as olimpíadas como espaços de iniciação científica e de valorização da cultura científica no Brasil.

Por outro lado, a análise também revelou desigualdades persistentes quanto à participação e aos resultados alcançados. A concentração de medalhistas em escolas particulares e urbanas, somada à falta de infraestrutura e de formação docente em escolas públicas e rurais, indica que ainda há um longo caminho para que as olimpíadas cumpram integralmente seu papel democratizador (Lira e Silva, 2017; Abreu *et al.*, 2022). Esse achado demonstra que, embora as olimpíadas promovam excelência acadêmica, seu alcance inclusivo ainda é limitado por fatores socioeconômicos e institucionais.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui ao integrar duas dimensões frequentemente dissociadas na literatura: o potencial pedagógico das Olimpíadas Científicas e os desafios da equidade educacional. A revisão narrativa realizada permitiu identificar e articular diferentes perspectivas, evidenciando que o sucesso dessas iniciativas depende não apenas do mérito individual dos estudantes, mas de condições estruturais de apoio, políticas públicas de incentivo e práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, o estudo avança na compreensão das

olimpíadas como instrumentos de política educacional e de formação científica comprometida com a justiça social.

Entretanto, como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações. Por se tratar de uma revisão narrativa, a análise dependeu da disponibilidade e da qualidade dos estudos já publicados, o que pode ter restringido o alcance dos resultados e introduzido vieses relacionados à seleção de fontes e ao recorte temporal. Além disso, a ausência de dados empíricos próprios impossibilitou uma análise quantitativa dos impactos diretos das olimpíadas sobre o desempenho acadêmico e as trajetórias profissionais dos participantes. Essas limitações, contudo, não invalidam as conclusões obtidas, mas reforçam a necessidade de aprofundamento investigativo no campo.

Diante dessas limitações, recomenda-se que futuras pesquisas desenvolvam abordagens empíricas, de caráter longitudinal e comparativo, capazes de mensurar os efeitos das Olimpíadas Científicas ao longo do tempo, considerando variáveis como origem social, gênero, território e rede de ensino. Sugere-se, ainda, a ampliação de estudos sobre práticas inclusivas em olimpíadas regionais e escolares, bem como o papel das tecnologias educacionais e das feiras científicas na promoção da equidade científica. Investigações dessa natureza poderão contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para a consolidação das olimpíadas como espaços verdadeiramente democráticos de aprendizagem e formação cidadã.

Este estudo reafirma que as Olimpíadas Científicas constituem-se como um campo fértil de inovação pedagógica, mas que sua consolidação como política educacional equitativa depende de ações integradas entre governo, escolas e universidades. Compreender suas potencialidades e limitações é, portanto, um passo essencial para transformar a excelência científica em oportunidade educativa para todos.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

ABREU, W. V. DE *et al.* Olimpíadas científicas: análise dos projetos apoiados por editais do CNPq (2005-2015). **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 39, n. 1, p. 59–82, 7 abr. 2022.

ALMEIDA, A. C. DE *et al.* Educational Policies: A Bibliometric Study On The Role Of Scientific Olympiads Under A Multilevel Analysis. **Revista Brasileira de Educacao**, v. 27, 2022.

ARANHA, C. Medalha que vale vaga na universidade: chegam à Unicamp os primeiros alunos selecionados por seu bom desempenho em olimpíadas científicas, sem passar pelo vestibular. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 277, p. 42-45, abr. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/medalha-que-vale-vaga-nauniversidade/>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.

FIOR, Camila Alves. Adaptação ao ensino superior e autoeficácia em universitários medalhistas em Olimpíadas Científicas: um estudo correlacional. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 9, p. 284-301, 2022.

LIRA, P. R. DE B.; SILVA, A. F. DA. Disseminação da cultura do desempenho na educação básica brasileira: a atuação do Governo Federal (1995-2012). **Revista Exitus**, v. 8, n. 1, p. 197–223, 11 dez. 2017.

PARÉ, Guy; KITSIOU, Spyros. Métodos para revisões de literatura. In: **Manual de avaliação de eSaúde: Uma abordagem baseada em evidências [Internet]** . Universidade de Victoria, 2017.

PEREIRA, Ana Lúcia; MEZA, Elisangela dos Santos Meza; IAROCHEVSKI, Fabiane Peremibida Iarochovski. Olimpíadas de matemática: O impacto na trajetória discente. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, 2025.

RIBEIRO, Marcos Antonio Pinto; ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; FENNER, Roniere dos Santos. Diferentes olhares: novas perspectivas para as olimpíadas científicas, mostras e feiras de ciências no Brasil. **Revista de ciências humanas (Frederico Westphalen)**. Vol. 26, n. 1 (2025), p. 247-270., 2025.

ROCHA, Thiago Oliveira et al. As olimpíadas científicas no desenvolvimento da educação brasileira. **Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora**, 2016.

SESTARI, João Pedro Valiante. A Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) como uma ferramenta para formação de novos cientistas. 2023.

SILVA, R. C. DA *et al.* O Estado Da Arte Das Publicações Sobre As Olimpíadas Científicas No Brasil. **Revista UFG**, v. 24, 2024.